

Bancos recuperam saques e reanimam equipe econômica

Economia - Brasil

Depois do esforço para conter os boatos na sexta-feira, alta das bolsas e recuo do dólar, ontem, foram vistos com otimismo

Vicente Nunes e Enio Vieira, de Brasília

O presidente Fernando Henrique respirou aliviado ontem, ao conhecer os números finais do mercado financeiro, com as bolsas e os títulos da dívida externa em alta e, sobretudo, com a queda do dólar. Ele passou o fim de semana sob tensão, receoso de que o esforço feito na sexta-feira para acalmar o mercado não tivesse resultado.

"Foi uma segunda-feira longa. Mas, graças a Deus, o saldo foi positivo e conseguimos reduzir um pouco a tensão que começou na sexta-feira", disse um interlocutor do presidente. "A impressão é a de que os investidores acreditaram no ministro Malan, de que não há a menor possibilidade de confisco das aplicações financeiras", disse.

O alívio, segundo um integrante da equipe econômica, chegou com os informes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, de que conseguiram recuperar boa parte do dinheiro que foi sacado durante a

correria dos clientes na sexta-feira, quando o Departamento de Meio Circulante do Banco Central teve que abastecer o mercado com R\$ 750 milhões em papel-moeda para garantir os saques, depois de ter retirado dos bancos, ao longo de janeiro, R\$ 2,8 bilhões.

Na Caixa Econômica, os R\$ 120 milhões que saíram dos fundos de investimentos e foram, na grande maioria, para as contas correntes, praticamente foram reaplicados. No Banco do Brasil, até às 19 horas, faltando a contagem em 89 agências de pontos mais distantes do País, R\$ 30 milhões dos R\$ 100 milhões sacados na sexta-feira retornaram aos cofres da instituição. O banco recebeu, ainda, R\$ 76 milhões em depósitos de outros bancos.

"Esperamos que a situação não desande de novo. Uma corrida aos bancos é o que de pior pode acontecer agora, pois evidenciará total falta de confiança no governo e na

moeda", disse um integrante da equipe econômica, lembrando que, na sexta-feira, "o governo tremiu nas bases" quando chegaram as primeiras informações sobre a corrida aos bancos na Bahia e Pernambuco. "Procuramos ter sangue frio e mantivemos uma operação de emergência para dissipar todos os boatos de calote e confisco. Não havia mais espaço para vacilos. Era preciso agir com firmeza", disse o técnico.

Apesar do alívio, a equipe econômica — que passou o dia reunida com os representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) discutindo novas metas fiscais — sabe que ainda é cedo para comemorar. "Olhar para a frente é muito arriscado. O máximo que conseguimos vislumbrar é daqui a duas semanas, quando ainda deveremos ter grandes oscilações no câmbio, mas com o preço do dólar apontando para baixo", disse um assessor da Fazenda. "Neste período, teremos também uma política monetária mais restrita, com alta dos juros", ressaltou.

Na equipe econômica, são poucos os que arriscam definir uma taxa ideal para o dólar. Mas entre os que fazem projeções, as taxas variam entre R\$ 1,55 e R\$ 1,70. No Banco

do Brasil, a instituição que mais opera com câmbio no País, há quem fale em R\$ 1,60. Mas esta taxa só será atingida depois que o governo conseguir recuperar a credibilidade junto aos investidores e retomar o fluxo de divisas para o País. Esta retomada passa pela definição de uma política clara, que deve ser acertada com o FMI.

"Nunca o índice de confiança foi tão baixo. Mas isso está ocorrendo porque, durante quatro anos, o governo garantiu que não mudaria a política cambial. Não só mudou, como o fez de forma atabalhoada. Por isso, os boatos de confisco e calote ganharam tanta força", disse um assessor do Planalto. "Agora, as batalhas do governo são duas: recuperar a credibilidade e bloquear, ao máximo, o aumento de preços, que pode trazer a reindexação da economia."

Segundo este assessor, o governo, apesar da posição de descrédito junto a boa parte da população, não deve aceitar todas as determinações do



Amaury Bier

FMI. "Pedir autorização para o Fundo sobre a política cambial, por exemplo, é uma coisa que o Brasil nunca tinha feito", ressaltou.

Ontem, no entanto, o tema principal das reuniões da equipe econômica com os técnicos do FMI não foi o câmbio, mas a situação fiscal dos governos estaduais, considerada uma das maiores dificuldades

para o ajuste das contas públicas.

Para agilizar os trabalhos, uma parte dos economistas ficou no Ministério da Fazenda. Outro grupo foi ao Banco Central discutir questões como balança de pagamentos e supervisão bancária. Segundo o secretário de Política Econômica da Fazenda, Amaury Bier, a idéia é reunir o maior número de informações para fornecer ao vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, o quadro mais abrangente possível da situação macroeconômica do Brasil.

Fischer chegou ontem à noite a Brasília. Ele discutirá hoje e amanhã

com a equipe econômica a política monetária ideal no período pós-desvalorização do real, para frear o possível aumento da inflação e, também, definir os mecanismos de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio. "Por enquanto, estamos descrevendo a situação aos técnicos. As definições virão com o início das negociações com Fischer", disse Bier, que encabeça o grupo de técnicos brasileiros juntamente com o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente.

Ele afirmou que a discussão sobre a antecipação da segunda parcela do empréstimo do FMI ao Brasil, de aproximadamente US\$ 9 bilhões, será iniciada imediatamente depois da reavaliação do programa de ajuste fiscal do governo brasileiro. Este trabalho seria no final do mês, mas foi antecipado devido ao quadro da economia", informou Bier.

De acordo com ele, o governo não precisará apresentar garantias para sacar recursos tanto do Fundo quanto do Banco Internacional de Compensações (BIS) e do Banco do Japão. "Conseguimos que a única garantia fosse a do Tesouro Nacional", destacou o secretário.

(Colaborou Mônica Izaguirre)